

O PAPEL DA COLÔNIA JAPONESA, DA EMATER E DO GOVERNO MUNICIPAL NA IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA VITICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARIALVA-PR

THE STABLISHMENT AND STRENGTHENING OF VITICULTURE IN MARIALVA-PR AND THE ROLE OF JAPANESE COMMUNITY, EMATER AND THE LOCAL GOVERNMENT

Ana Claudia Silva Almeida

Doutoranda em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
anaclaudia1985@yahoo.com.br

Elpídio Serra

Professor da Universidade Estadual de Maringá
serraelpidio@gmail.com

Resumo

A modernização da agricultura brasileira iniciou-se na década de 1960. Esse processo foi parte integrante de um pacote denominado “Revolução Verde”. Suas características gerais foram a intensificação tecnológica e a sua crescente absorção de insumos modernos pelos produtores. No Paraná, houve modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária, no emprego, na mão-de-obra e na distribuição das rendas. Os problemas econômicos e sociais ocasionados pelo processo de modernização foram revertidos em alguns espaços paranaenses, dentre eles o município de Marialva. O crescimento significativo da viticultura neste município data de meados da década de 1980. A partir dessa época, muitas pessoas garantiram sua sobrevivência com base na cultura da uva. Essa alternativa propiciou excelentes resultados e se estabeleceu como a base econômica da pequena propriedade. Este artigo busca, através de informações obtidas com profissionais ligados à viticultura e dados de órgãos públicos, relatar o processo de implantação desta cultura no Município de Marialva, levando em consideração os papéis de três importantes agentes neste processo: a colônia japonesa, a Emater e o governo municipal.

Palavras-chave: Viticultura. Marialva. Colônia japonesa. Emater. Governo municipal.

Abstract

The Brazilian agriculture modernization started in the 1960s. This process was part of a package called “Green Revolution”. Its general features were technology intensification and the increase of the use of modern agricultural supplies by the producers. In Paraná, there were some changes into the agricultural production such as land structure, employment, work force and income distribution. The social and economic problems caused by the modernization process were reversed in some places in Paraná, among these places is Marialva. The viticulture significant increase in Marialva dates from the middle of the 1980s. From this period on, many people took their survival from grape growing. This alternative brought excellent results and was established as the economical

basis of the small property. Based on information taken from professional connected to viticulture and government agencies data, this paper intends to describe the implantation of viticulture in Marialva taking into account the role of three important agents into this process, the Japanese community, the Emater and the local government.

Keywords: Viticulture. Marialva. Japanese community. Emater. Local government.

Introdução

A partir de década de 1960, inicia-se a modernização da agricultura brasileira, sob o comando do capital financeiro e do capital industrial. Esse processo foi parte integrante de um pacote denominado “Revolução Verde”, importado dos Estados Unidos na década de 1950 pelo governo brasileiro (SERRA, 1992). Dentre suas características, destacam-se a intensificação tecnológica e a sua crescente absorção de insumos modernos pelos produtores para que houvesse maior produtividade, logo, uma elevação da renda dos produtores (NAVARRO, 2001). Para Graziano da Silva (1982), o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, em um elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. Swain (1988) salienta que os anos de 1960 apresentaram transformações na política, na economia e na sociedade. No Paraná, houve modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária, no emprego, na mão-de-obra e na distribuição das rendas.

O ápice da mudança de cultura agrícola no Estado do Paraná ocorreu na década de 1970, impulsionado pela ocorrência de um evento climático de grande dimensão trágica para a agricultura, a geada negra, a qual, por sua vez, teve como principal consequência o fim do ciclo cafeeiro no Norte do Paraná. Destarte, a geada foi apenas um fator desestimulante, porque o verdadeiro motivo estava ligado à substituição da cultura predominante na região. Todavia, a nova cultura deveria estar dentro dos parâmetros modernos de produção. A implantação dessa nova cultura, além das mudanças econômicas e sociais, também acarretou uma profunda transformação nas paisagens rurais dos municípios. As culturas perenes, como o café, que garantiam o verde durante todo o ano, foram substituídas por extensas áreas mecanizadas, nas quais o verde está presente em um período muito curto do ano, na medida em que as culturas comuns desse tipo de agricultura são anuais.

Os problemas econômicos e sociais ocasionados pelo processo de modernização foram revertidos em alguns espaços paranaenses, dentre eles o município de Marialva. Neste espaço houve um aumento significativo do número de pequenas propriedades a partir da década de 1980 devido à implantação de uma cultura diferenciada, a uva, que desde então ocupa elevada mão-de-obra e gera lucros consideráveis, e que, conseqüentemente, conseguiu reverter o êxodo rural ocorrido naquela década no município.

O crescimento significativo da viticultura no município de Marialva data de meados da década de 1980. A partir dessa época, muitas pessoas garantiram sua sobrevivência com base na cultura da uva. Essa alternativa de sobrevivência propiciou excelentes resultados e se estabeleceu como a base econômica da pequena propriedade. Os produtores encontraram muitas vantagens nessa cultura, sobretudo os pequenos produtores, que não conseguiriam absorver os produtos modernos do novo modelo agrícola. O espaço destinado a essa cultura era muito menor do que os exigidos por todas as outras, possibilitando, dessa maneira, o aproveitamento dos mínimos espaços, que seriam ignorados pelas culturas mecanizadas. O módulo rural para a produção da uva em Marialva gira em torno de 4 a 5 mil metros, ou seja, com meio hectare uma família consegue viver de maneira satisfatória no município.

O artigo busca, através de informações obtidas com profissionais ligados à viticultura e dados de órgãos públicos, relatar o processo de implantação da cultura da uva no Município de Marialva, levando em consideração os papéis de três importantes agentes neste processo: a colônia japonesa, a Emater e o governo municipal.

A implantação da viticultura no Município de Marialva

A uva é o fruto da videira, originária de clima temperado. Essa planta foi trazida ao Brasil, particularmente à região Nordeste, pelos portugueses. Pereira e Gumieiro (2008, p. 4) definem essa fruta como:

Originária da Ásia, da árida região do Cáucaso, a uva é um dos alimentos mais antigos da humanidade, existindo 6.000 anos a.C. No Brasil o cultivo se origina a partir de 1535, com mudas trazida pelos portugueses, porém o desenvolvimento da viticultura comercial brasileira somente ocorreu após a chegada de imigrantes italianos e portugueses no século XIX.

A uva é rica em cálcio, ferro, fósforo, magnésio, sódio e potássio; possui também vitaminas do complexo B e vitamina C.

Mesmo tendo sido introduzida na região Nordeste, atualmente as regiões Sul e Sudeste são as maiores produtoras do país. Sato (2000) assevera que foi a partir dos anos 1960 que houve a introdução no país da cultivar Itália, dando início à produção de uva fina de mesa no Brasil. Dados da União Brasileira de Vitivinicultura (UVIBRA) indicam que a produção de uvas no Brasil possui três destinações diferentes: para o comércio *in natura*, a chamada uva de mesa; para a produção de sucos; e para a produção de vinhos.

A introdução do cultivo da uva no Paraná teve forte participação da colônia japonesa, cujos imigrantes eram provenientes de localidades do Estado de São Paulo, sobretudo de áreas produtoras dessa fruta, como exemplo a região de São Miguel Arcanjo, município a sudoeste desse estado, uma área mais fria, em que a atividade conseguiu se adaptar com bons resultados. A colônia japonesa foi responsável pela disseminação da cultura da videira por todo o Norte do Paraná, principalmente nos municípios de Assaí, Uraí, Bandeirantes e Marialva, que são hoje os maiores representantes da viticultura. Destaca-se que essa atividade foi criando raízes nas localidades onde havia núcleos mais fortes da colônia. Segundo Werner Genta (2009), membro da Associação Norte Paranaense de Estudos em Fruticultura (ANPEF - Associação criada em 1996 com o objetivo de unir produtores para definir estratégias de expansão da atividade frutícola, priorizando o cultivo de uvas em função de sua importância no contexto da economia local), todos os núcleos de produção no Brasil não são oriundos de um planejamento estratégico de pesquisa e divulgação. Essa dinâmica se realiza através de tentativas e erros. Exemplo disso ocorre quando se insere determinada cultura em uma região, e serão as técnicas e os detalhes tecnológicos descobertos e adaptados que fortalecerão essa atividade.

Os polos de produção de uvas finas de mesa no Estado do Paraná são: Maringá e Cornélio Procópio, sendo Marialva, Mandaguari, Uraí e Assaí os principais municípios produtores (KISHINO; GENTA; ROBERTO, 2007).

A colônia japonesa, por possuir um comportamento muito reservado, não disseminava os conhecimentos a respeito da cultura da uva. Porém, esse comportamento deve ser entendido dentro do contexto histórico das condições da imigração japonesa no

Brasil, considerando que esses imigrantes sofreram muito preconceito e discriminação, justificando o fechamento das comunidades nipo-brasileiras perante a sociedade nacional. Esses imigrantes comentavam as características da viticultura somente entre amigos, mas nada que revelasse muito aos outros imigrantes interessados na cultura da uva. Os descendentes de outros grupos étnicos ficavam marginalizados do conhecimento dessa atividade, de certa forma “excluídos”. Para se ter uma ideia, as reuniões da Cotia, cooperativa a qual os japoneses eram sócios e compartilhavam o conhecimento das técnicas utilizadas, eram realizadas em japonês. Relatos do agrônomo Genta (2009) informam que em uma das reuniões, o palestrante era de nacionalidade japonesa e proferiu a palestra somente na língua de seu país. Dessa forma, os “brasileiros” ficavam excluídos do conhecimento produtivo. Não havia proibição na participação dos não descendentes de japoneses; no entanto, sem o conhecimento da língua na qual eram proferidas as informações, era muito difícil entender uma “vírgula” (termo utilizado pelo técnico entrevistado).

Em Marialva, a uva teve suas primeiras produções a partir da década de 1960, exclusivamente em propriedades de descendentes de japoneses. Porém, ela começou a alcançar importância econômica no município somente no final da década de 1980 e início de 1990. O pioneiro na viticultura marialvense foi Toshikatsu Wakita, que erradicou seu cafezal para implantar a nova cultura, mesmo enfrentando dificuldades para conseguir as mudas para o plantio. A esse respeito Ricieri (2008, p. 45) propala:

Na região, apenas o produtor Hoshiya, de Maringá, plantava uva. Por medo da concorrência, ele resistia em ceder ramas ao insistente e persistente Wakita. Este propôs ao maringense trabalhar de graça em sua propriedade em troca de alguns cavalos de uva. Feito isso, Wakita repassou parte das ramas a Keiji Yamanaka, seu vizinho de propriedade. Foi o início da cultura da uva em Marialva.

Alguns fatores influenciaram no crescimento econômico dessa cultura no município. Como resultado de uma pesquisa de técnicos da Cooperativa Cotia, na década de 1980 Marialva conseguiu colocar no mercado brasileiro uva no período do Natal, época de excelente comercialização, haja vista as festividades realizadas nesse período. A existência de uva para essa data comemorativa era inédita, pois nenhum centro produtor conseguira esse feito até então. Isso foi possível, conforme Genta

(2009), pelo fato de o Norte do Paraná ter um inverno mais ameno do que o de São Paulo (regiões produtoras de uva) e também pela descoberta da Calcionamida (produto químico utilizado na fase da poda da videira, auxilia a quebra de dormência da planta) pelos técnicos das Cooperativas Cotia e Integrada. Esses dois fatores possibilitaram a realização da poda mais precoce e, conseqüentemente, a colheita mais adiantada.

Na época, o centro produtor nacional, São Miguel Arcanjo, colhia a fruta nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Como o município de Marialva conseguiu colher na melhor data para comercialização, o Natal, época quente em virtude do verão brasileiro, deu abertura para uma segunda safra, porque a temperatura alta acelera a brotação. Destarte, uma questão pode surgir perante essas informações: por que foi em Marialva que a uva se desenvolveu e não em outro município brasileiro? A resposta está nas pessoas, segundo Genta (2009), pois são elas que fazem a diferença. Ainda citando o agrônomo, “um produtor que é esforçado, cuidadoso, capricha na execução das atividades, se torna um líder local e dissemina essas características pelos vizinhos, foi exatamente isso que aconteceu em Marialva”. No entanto, há um ponto a destacar no que se refere às características geográficas, já que o clima também influenciou nessa expansão. O município está situado em uma área mais alta, logo o inverno é mais ameno. Retornando à influência dos japoneses, estes se fixaram em determinada área do município, especialmente na localidade da Estrada Santa Fé, a qual, por sua vez, é a parte mais alta do município, menos suscetível a geadas, que por sinal também comprometem a viticultura.

Neste sentido, os primeiros produtores estavam no melhor lugar para o cultivo da uva na região. É dessa forma que se constitui um polo de produção, uma condição favorável, mas principalmente, não se pode deixar de mencionar as pessoas que se esforçam e adaptam as exigências da cultura à realidade natural da área. Essas características estavam presentes em Marialva, o que possibilitou a introdução e o desenvolvimento inicial da atividade no município.

Em meados da década de 1980, a uva começou a se popularizar no Município de Marialva. À época, a região estava passando tardiamente pela transição do novo modelo agrícola, em razão da resistência da maioria dos pequenos produtores. As culturas modernas eram inviáveis para a estrutura fundiária predominante no município. De acordo com o agrônomo Genta (2009), esse fato levou o Estado do Paraná a formular

estratégias para a manutenção do homem no campo. Nesse âmbito, os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ficaram com a função de diversificar as atividades no meio rural para tentar evitar o êxodo rural, que já refletia em inúmeros problemas no espaço urbano. O então chefe da Emater em 1985, José Mazzia, enxergou na uva uma boa opção para a diversificação.

Essa atividade já era cultivada nas propriedades da colônia japonesa, porém não havia nenhum conhecimento por parte da equipe técnica do município sobre o cultivo da uva; esse conhecimento foi adquirido graças à ajuda de uma família da colônia japonesa, que permitiu o levantamento de dados de produção e de custos. Os técnicos envolvidos na empreitada da diversificação, com a análise dos dados coletados no campo, perceberam que a cultura era rentável e optaram por estimular o crescimento da viticultura no município. Esse estímulo ao crescimento iniciou-se com o I Encontro de Viticultores (encontro realizado todos os anos no município e que reúne produtores, expositores e técnicos que discutem e conhecem inovações para a atividade), que ocorreu na Câmara Municipal em 1987, reunindo 180 produtores, os quais, contudo, não possuíam o mínimo conhecimento do processo produtivo da viticultura. Isso valia tanto para os produtores mais antigos, cujo conhecimento obtido se dera através das experiências próprias, quanto para os produtores iniciantes, que desconheciam as técnicas dessa produção.

Os produtores interessados nessa nova atividade não conseguiam ter acesso ao grupo fechado da colônia japonesa, e a alternativa encontrada foi buscar o auxílio dos técnicos da Emater. Logo, a viticultura no município cresceu embasada em conhecimento tecnológico e técnico proveniente de pesquisas, ou seja, todo o procedimento empregado no sistema produtivo da cultura da uva passou por investigação e estudo. Apesar da existência de uva em outros espaços paranaenses, a fruta de melhor qualidade está em Marialva, nas palavras de Genta (2009), “em virtude de todo o histórico de conhecimento aplicado na atividade”. Não obstante, há outro fator de grande relevância que influenciou a qualidade da uva marialvense: a mão-de-obra, visto que no município há o sistema de parceria e o trabalho familiar. Em grandes propriedades não se alcançaria a qualidade da pequena propriedade no tocante aos cuidados nos tratamentos culturais. Contudo, isso é eliminado quando se tem o sistema de

parceira, porque mesmo em uma propriedade maior, cada família de parceiro será responsável por uma parcela de uva da propriedade, o que reflete diretamente na qualidade do produto, recompensado pelo reconhecimento do mercado.

O papel da Emater e do Governo Municipal no fortalecimento da viticultura

Em entrevista no ano de 2009 com a atual diretora da Emater de Marialva, Silvia Capelari, esclareceram-se alguns critérios da instituição quanto à pequena propriedade e agricultura familiar. A agrônoma Capelari (2009) informou que atualmente há uma forte tendência de considerar a pequena propriedade como aquela onde há a agricultura familiar. Para ser assim considerado, o produtor tem que se encaixar no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que possui as seguintes exigências: renda bruta anual na propriedade de até 110 mil reais, possuir até 20 alqueires paulistas, não ter mais que dois empregados permanentes e a renda do produtor ser de 70% a 80% proveniente exclusivamente da agricultura. Essa classificação não foi sempre assim, pois anteriormente era utilizada a divisão por tamanho, como, por exemplo: até 20 hectares era pequena, de 20 a 40 hectares era média e acima de 40 hectares era considerada propriedade grande.

Atualmente a Emater não trabalha mais com o pequeno produtor; havendo uma mudança nos termos, haja vista que hoje se usa o termo agricultor familiar. Em Marialva ocorre algo curioso, pois os produtores não se encaixam sempre nos critérios do PRONAF, em virtude da uva ser uma cultura altamente rentável. Isso acontece porque o produtor que possui 6 hectares de uva se encaixa no requisito tamanho, porém em renda não, porque dependendo da safra (quantidade produzida e preço obtido), ele ultrapassa o valor de 110 mil reais/ano.

Alguns programas do governo ajudaram significativamente o desenvolvimento da viticultura no município. No dizer da diretora da Emater, o PRONAF marcou fortemente a viticultura, porque ele financia a juros baixos, dessa maneira atende muito aos produtores familiares de Marialva. Esse programa funciona da seguinte maneira: caso o produtor se enquadre no perfil exigido, ele poderá financiar com um prazo de 8 anos com juros de 8% ao ano, juros baixos em comparação com os praticados no

mercado financeiro. Atualmente não é preciso nem avalista; dependendo do valor financiado, o governo não exige comprovante de garantias. O governo do Estado também desempenhou um papel bastante relevante na viticultura marialvense. Em conformidade com a diretora, se hoje 80% a 90% dos parreirais de Marialva são telados é em decorrência de um programa do governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), chamado “Paraná 12 meses”. Esse programa subsidiou em alguns anos cerca de 70% do valor da tela (os parreirais são cobertos por uma tela específica, que protege contra ataque de pássaros e de chuvas de granizo). No município, houve 20 produtores que receberam 100% do valor da cobertura; outros produtores, dependendo do tamanho, receberam 30%, 35% e até 70% de custeio, mas isso dependia da caracterização do produtor (maior – menor). Essa foi uma das marcas do programa, ajudar conforme o porte do produtor.

O programa estadual “Paraná 12 meses” incentivou e marcou muito a viticultura em um período de 10 anos (iniciado no mandato do Governador Jaime Lerner em 1994 e com término no mandato do Governador Roberto Requião, em 2004). Quanto aos incentivos do governo municipal, os relatos de entrevistados revelam que o apoio mais significativo veio a partir do ano 2000. Anterior a isso, houve ajuda no cascalheamento de carreadores, que facilitava no escoamento da produção e algumas ajudas no encontro anual de viticultores. Em 2005 foi criado o “Parque da Uva”, um local destinado à realização dos eventos ligados à viticultura, com uma área de 127.615 m², localizado na Avenida Cristóvão Colombo, saída para o município de Mandaguari. Nesse local, está alocado um centro de eventos, a Casa da Uva (Figura1), inaugurada em 7 de agosto de 2008, sob a gestão da ANPEF. A associação também possui uma área de 15 mil m² dentro do Parque, no regime de comodato, para a realização de pesquisas.

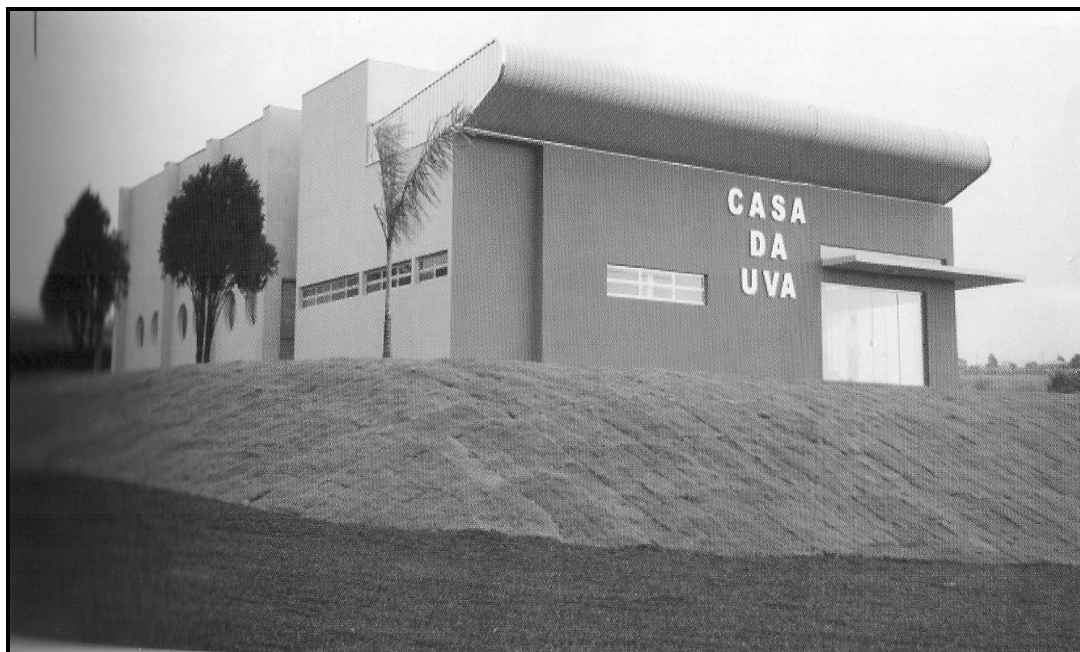


Figura 1 : Casa da Uva, centro de eventos.
Fonte: SILVA-ALMEIDA, A. C. (novembro de 2009).

O governo municipal criou, em 2004, em caráter inovador no país, uma lei denominada Lei da Uva Verde que pune os produtores que retiram dos parreirais e vendem frutos com baixo teor de açúcar. A Lei da Uva Verde surgiu com o objetivo de melhorar a qualidade da uva comercializada no município, reprimindo a comercialização de uva com nível de açúcar abaixo do permitido. O agrônomo Genta (2009) esclareceu o contexto da criação dessa lei. O Ministério da Agricultura criou, em 2002, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma lei que regulava a padronização de produtos agrícolas para comercialização. Na verdade, essa era uma medida para preparar o país para um período de transação eletrônica, ou seja, a compra no mercado mundial é feita sem a presença real do comprador, por isso o produto deve estar dentro dos padrões universais de qualidade. Essa padronização foi proposta para vários produtos, dentre eles a uva. A elaboração dos critérios de classificação da uva foi realizada por técnicos e órgãos relacionados à atividade. Alguns representantes da área técnica de Marialva participaram das reuniões para elaboração dos critérios a serem adotados. Nesse âmbito, hoje no Brasil há uma lei que determina que a uva para ser comercializada deve atender às normas de classificação e padronização, e um dos aspectos essenciais para esse padrão é o teor de brix, ou teor de açúcar natural da fruta, que deve ser de 14 graus. É válido ressaltar

que não é o produtor quem faz essa classificação; isso deve ser feito por órgãos ou profissionais credenciados (GENTA, 2009).

Há uma lei em Marialva que incumbe o Poder Público Municipal pela fiscalização do teor de brix da uva. Essa lei ajudou na melhoria da imagem da uva de Marialva perante os principais mercados consumidores, como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e as Centrais de Abastecimento (Ceasa) de várias localidades. A uva marialvense era conhecida, em consonância com a diretora da Emater, como “uva limão”, o que prejudicava sua comercialização. Isso acontecia pelo fato de alguns produtores tentarem ganhar “vantagens” no início da colheita, já que nessa época o valor do quilo do produto é maior, embora essa prática prejudique o restante da produção. A fiscalização é feita por funcionários encarregados da prefeitura em barracões que recebem a uva do produtor e nas propriedades; caso a média das amostras não atinja o teor mínimo, a uva é descartada. Essa fiscalização não se restringe ao município, no Ceagesp há um fiscal que analisa as uvas de Marialva. Semanalmente é repassada à Secretaria de Agricultura do município, via fax, a quantidade de uva marialvense recebida na central, o nome do produtor e a média de brix; caso seja encontrada alguma irregularidade, a Secretaria toma as medidas cabíveis à situação, que consiste na notificação do produtor.

A classificação da uva é realizada por técnicos credenciados pela SEAB, os quais são os responsáveis pela emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), que consiste na certificação da origem e da sanidade dos produtos agrícolas e florestais, além de garantir sua credibilidade junto ao comércio nacional e internacional. O objetivo desse procedimento é evitar a dispersão de pragas para áreas indenidas, ou seja, aquelas ainda sem a presença dessas pragas, visando à manutenção do patrimônio fitossanitário nacional e à preservação da competitividade da agricultura.

A importância da uva para o município foi reconhecida pela população e tornou-se objeto de propaganda. Marialva é conhecida hoje como a “Capital da Uva Fina”, slogan presente em panfletos, na logomarca do governo municipal, em *sites* de empresas do município, dentre outros. O título de Capital da Uva Fina do Paraná é pelo fato de o município possuir a maior área destinada à cultura da uva no Estado, em consonância com os dados agropecuários municipais do IBGE de 2008, cerca de 1.550 hectares, ou 30% do

total, enquanto que os municípios que seguem Marialva no *ranking* espacial, Assaí e Uraí, possuem 240 ha e 206 ha, respectivamente. A produção de uva no Paraná em 2008 foi de 101.500 toneladas; desse total, Marialva contribuiu com 42.808 toneladas, ou seja, mais de 42% do total. Em contrapartida, os municípios que ocupam o 2º e 3º lugar foram responsáveis, juntos, por menos de 10% da produção total (IBGE, 2008).

Em lei aprovada em 28 de setembro de 2009 na Assembleia Legislativa do Paraná, o Município de Marialva passou a ser denominado Capital da Uva fina, como forma de referencial de identidade para captação de recursos ou investimentos no setor de agronegócio.

Veiga (2005) propõe que o trunfo que reside na construção de uma imagem de marca identitária graças à valorização do patrimônio natural, histórico e cultural de determinada área geográfica é uma importante estratégia do desenvolvimento rural.

Em 2004, foi construído na entrada do município um gigantesco cacho de uva, com 17,9 metros de altura, 9 metros de largura e 12 metros de diâmetro (Figura 2).



Figura 2 – Monumento Cacho de Uva.
Fonte: SILVA-ALMEIDA, A. C. (março de 2011).

O objetivo da construção desse monumento foi divulgar a atividade de grande relevância econômica para o município e tornar-se atrativo para a visita de turistas.

Da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar clientela, ou conquistar novo segmento de mercado, atores e agentes do desenvolvimento rural precisam empenhar-se em investir coletivamente no plano simbólico como forma de promover seu território (VEIGA, 2005, p. 83).

Anualmente no município acontece a Festa da Uva Fina (realizada pela primeira vez em 1987, com o objetivo de promover e apoiar a produção do município), a qual inclui o concurso para a escolha da Rainha da Uva, a premiação aos vencedores das melhores uvas expostas, o concurso de chupadores de uva, além de barracas típicas, parque de diversões e shows. A festa é mais uma forma de divulgação da viticultura do município.

Considerações finais

A implantação da viticultura no Município de Marialva ocorreu pela ação da colônia japonesa por volta da década de 1960. No entanto, a difusão desta atividade no município só ocorreu a partir de 1980, em decorrência da necessidade de diversificação que os pequenos espaços de produção paranaenses necessitavam, haja vista as dificuldades que estas pequenas propriedades enfrentavam perante a modernização da agricultura. Este processo aumentou substancialmente o tamanho das propriedades rurais, pelo fato da não absorção das técnicas modernas por parte das pequenas porções produtivas, obrigando os proprietários a se desfazerem de seus lotes.

Perante esta situação, os técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural tiveram a tarefa de minimizar os problemas surgidos com as pequenas propriedades no contexto da Modernização da Agricultura. Em Marialva, os técnicos enxergaram na viticultura a possibilidade de sucesso, haja vista as características da atividade, que exigia pouco espaço e poderia apresentar uma boa rentabilidade.

Dessa forma, a atividade ganhou espaço no cenário municipal, graças ao empenho dos produtores da atividade e também do papel da assistência técnica. No decorrer dos anos os governos municipal e estadual também influenciaram positivamente no fortalecimento da viticultura no município, através de programas de

financiamento voltados exclusivamente para as propriedades produtoras de uva, assim como na criação de legislação específica para a atividade.

Assim, entende-se o relevante papel dos três agentes apresentados na discussão, colônia japonesa, Emater e governo municipal, na implantação e fortalecimento da viticultura no Município de Marialva.

Referências

CAPELARI, Silvia. **Silvia Capelari**: depoimento [mai. 2009]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2009. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

CREA – **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Seções: ART. Disponível em: < <http://creaweb.crea-pr.org.br/pro-crea/>>, consultado em 26 de novembro de 2009.

GENTA, Werner. **Werner Genta**: depoimento [jun. 2009]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2009. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

GRAZIANO SILVA, JF. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Dados agropecuários municipais – 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>, consultado em 30 de novembro de 2009.

KISHINO, Antonio Y.; CARVALHO, Sergio L. C. ; ROBERTO, Sergio R. **Viticultura Tropical – o sistema de produção no Paraná**. Londrina: IAPAR, 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

PEREIRA, Eduardo P. GUMIEIRO, Augusto H. Sistema agroindustrial da uva no Brasil: arranjos, governanças e transações. In: XLVI CONGRESSOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

RICIERE, Maria Teresa. **Marialva: do café a uva fina**. Maringá: Chicletec, 2008.

SATO, Geni Satiko. Panorama da viticultura no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.11, p.53 – 59, nov. 2000.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). **Fronteiras**, Brasília, p. 19-37, 1988.

UVIBRA – **União Brasileira de Vitivinicultura**. Disponível em:
<<http://www.uvibra.com.br/>>, consultado em 26 de agosto de 2009.

VEIGA, José Eli da. **A história não os absolverá. Nem a Geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

Recebido em 07/07/2011 Aceito para publicação em 17/01/2012.
